

A formação continuada como um caminho para a inclusão escolar

Continuing education as a way to inclusive education

La formación continua como un camino para la inclusión escolar

Maiara Pontes da Silva*

Resumo: O presente artigo visa refletir sobre como a formação continuada de professores é fundamental para que a inclusão escolar ocorra da melhor maneira possível, com profissionais mais capacitados para atuar na área, melhor preparados para a realidade encontrada em sala de aula, para garantir que todos os estudantes possam desfrutar livremente de seu direito à educação, devidamente adaptada para os casos em que haja necessidade. Realizando a consulta às fontes através da pesquisa bibliográfica, este artigo reúne fontes que abordam a importância da formação continuada de professores para a Educação Especial, como os docentes percebem a necessidade desta prática e de que maneiras ela influencia mudanças em sala de aula para que a inclusão ocorra em todos os ambientes.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Especial; Formação continuada de professores.

Abstract: The present article aims to reflect about how continuing education is fundamental for the inclusion to happen the best way possible, with more capable professionals to act in the area, better prepared to the reality found in classrooms, in order to guarantee that all the students can freely enjoy one's right to education, accordingly adapted should the need arise. Consulting the sources through literature search, this article reunites sources that approach the importance of continuing education of teachers to the Special Education, how do the teachers notice the need of this practice and in what ways it influences changes in classrooms for the inclusion to happen in all the environments

Keywords: Inclusive Education; Special Education; Continuing education of teachers.

Resumen: El presente artículo visa reflexionar sobre cómo la formación continua de profesores es fundamental para que la inclusión ocurra de la mejor manera posible, con profesionales más capacitados para actuar en el área, mejor preparados para la realidad encontrada en sala de clases, para garantizar que todos los estudiantes puedan disfrutar libremente de su derecho a la educación, debidamente adaptada para los casos en que sea necesario. Consultando las fuentes a través de la pesquisa bibliográfica, este artículo reúne fuentes que abordan la importancia de la formación continua de profesores para la Educación Especial, como los profesores perciben la necesidad de esta práctica y de qué maneras ella influencia cambios en sala de clases para que la inclusión ocurra en todos los ambientes.

Keywords: Educación Inclusiva; Educación Especial; Formación continua de profesores.

* Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Licenciada em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Este trabalho foi realizado com incentivo proveniente da bolsa de estudos concedida pela PROSUC/CAPES. ORCID: 0009-0006-5161-3685.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3891910291055748>

Considerações iniciais

Segundo o que diz a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, todos os brasileiros têm direito à educação, e é um dever do Estado e da família. (BRASIL, 1988). Já está estabelecida a importância da educação para a vida de todos os indivíduos. Porém, a fim de delimitar de forma mais concreta os direitos e deveres de todos os envolvidos no processo educacional, em 1996 é promulgada a Lei Nº 9.394/1996, que recebe o nome de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, frequentemente citada como LDB em uma forma de abreviação. A LDB mantém o que foi estabelecido na Constituição Federal e se aprofunda em outras métricas que concernem aos cidadãos brasileiros que são educandos, os que trabalham com a educação e também instituições que estão responsabilizadas em fornecer as diferentes etapas educacionais, desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e abordando também o Ensino Técnico e Profissionalizante, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Quilombola e do Campo e a Educação Especial, tema que será o foco deste artigo. A LDB define também que será fornecida gratuitamente a Educação Especial em todo o território nacional, e é preferível que os responsáveis matriculem o aluno em instituições de ensino regular, apesar de lhe reservarem o direito de realizar a matrícula em instituições voltadas exclusivamente para a Educação Especial, caso desejem.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996).

A LDB também traz a determinação de que o aluno com deficiência que necessitar de atendimento educacional especializado deve recebê-lo no contraturno de seu horário escolar. É necessário que seja feita uma articulação entre a escola e a família para que seja definida a melhor forma de conduzir este processo, que já é assegurado por lei.

Matos e Borges (2024) também destacam que a LDB exerceu um papel fundamental como respaldo para que a formação continuada de professores para a atuação com a Educação Inclusiva seja incentivada e que os professores busquem seguir se aperfeiçoando dentro de suas áreas:

Além disso, cabe destacar a ênfase que o artigo 58 da LDB 9394/96, traz sobre a formação de professores para o atendimento educacional especializado, eles devem receber uma capacitação adequada para trabalhar com alunos com necessidades especiais, incluindo conhecimentos sobre adaptação curricular, uso de recursos pedagógicos diferenciados e estratégias de inclusão. Logo percebe-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) desempenha um papel fundamental na orientação das políticas educacionais e na promoção da inclusão educacional, estabelecendo princípios e diretrizes fundamentais para o sistema educacional brasileiro, incluindo o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o respeito à diversidade e a garantia do atendimento educacional especializado aos alunos, bem como a formação contínua docente para a educação inclusiva. (2024, p. 6).

Reconhecendo a importância dos marcos da legislação brasileira sobre o que é previsto sobre a Educação Inclusiva, seguiremos a analisar alguns dados sobre a realidade da educação brasileira e serão feitas algumas considerações sobre a importância da formação continuada de professores no cenário da educação brasileira atual.

Alguns dados do cenário atual da educação brasileira

Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através da Diretoria de Estatísticas Educacionais, no ano de 2024, havia 2.076.825 estudantes matriculados na Educação Especial no Brasil. Estes alunos estavam divididos entre a Educação Básica, a EJA e a Educação Profissionalizante Concomitante ou Subsequente (INEP, 2024, p. 39). Este número corresponde a cerca de 1% da população brasileira, que já supera os 200 milhões de habitantes.

Os alunos da Educação Especial são frequentemente referidos como Público-Alvo da Educação Especial, termo abreviado como PAEE. Como já afirmado pela LDB, os alunos do PAEE devem, preferencialmente, ser matriculados nas escolas e turmas de

ensino regular. Este tópico já rendeu muitas discussões sobre sua real efetividade quando é colocado em prática. Segundo Romeu Sassaki (2002), ocorreram quatro fases até que houvesse o estabelecimento da Educação Especial no Brasil, sendo elas as fases de exclusão; segregação institucional; integração e; finalmente, a fase de inclusão. O autor traz as explicações de como se sucederam as fases citadas:

Fase de exclusão Nesta fase, nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência. Estas eram consideradas indignas de educação escolar.

Fase de segregação institucional Por absoluta impossibilidade de acesso às escolas comuns por parte das crianças e jovens deficientes, suas famílias se uniram para criar escolas especiais. Hospitais e residências eram também utilizados como locais de educação especial.

Fase de integração Crianças e jovens mais aptos eram encaminhados às escolas comuns, classes especiais e salas de recursos.

Fase de inclusão Todas as pessoas são incluídas nas salas comuns. Os ambientes físicos e os procedimentos educativos são adaptados para acomodar a diversidade do alunado. As escolas levam em consideração as necessidades de todos os alunos. (SASSAKI, 2002. Grifos do autor).

O autor traz a explicação sobre como houve um longo processo para que o PAEE estivesse frequentando as classes regulares e como durante muito tempo sofreu o preconceito de ser afastado do seu direito à educação, ao ponto de os responsáveis e familiares dos alunos terem tido a necessidade de se organizar para criar escolas que pudessem atender especificamente suas condições, as escolas de Educação Especial. Após muita luta, os alunos do PAEE começam a ser matriculados em escolas regulares, mas ainda assim vivem uma separação no modelo de integração, pois os alunos frequentam a mesma escola mas não as mesmas classes, continuando separados de outros alunos de sua idade. Com a fase de inclusão, os alunos do PAEE passam a estar nas mesmas classes que alunos de sua idade. Este fato é brevemente mencionado por Alonso et al (2022):

No âmbito escolar, o início dos anos 2000, foi marcado por essas mudanças que proporcionaram a quebra do paradigma que dividia alunos entre “normais”, destinados às classes regulares, e os “anormais”, público das classes de educação especial. Graças às políticas de inclusão, as escolas foram repensadas e reorganizadas de maneira a atender em salas de aula comuns todos os alunos, respeitando sua diversidade e garantindo direitos iguais de desenvolvimento e aprendizagem. (ALONSO, SANTOS, REIS E ABREU, 2022, p. 34)

O texto de Sassaki data de mais de 20 anos, e pode-se perceber no texto de Alonso, Santos, Reis e Abreu que a Educação Especial e os alunos do PAEE têm recebido mais atenção das políticas públicas e da sociedade, que vêm contribuindo para que os alunos estejam matriculados em classes regulares e recebam o atendimento educacional especializado nos casos em que ele for necessário. Uma grande mudança neste contexto foi a aprovação, em 2015, da Lei Brasileira de Inclusão, também abreviada como LBI, para reiterar e garantir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência, e, pertinentemente ao assunto deste artigo, os direitos dos alunos do PAEE.

A seguir, o texto visa abordar como tem ocorrido o processo de formação dos professores que atuam inclusão dos alunos, levando em conta que os alunos são de variadas idades. Enquanto na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental há geralmente apenas um professor encarregado da turma que fica com os alunos durante todo o dia, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio há um professor para cada disciplina, e por vezes alguns professores só estão com os alunos uma vez na semana quando seu componente curricular demanda menos tempos de aula, proporcionando mais um desafio para que os professores consigam entender os alunos com deficiência e preparar materiais e práticas pedagógicas que contribuam para que os discentes desenvolvam seus saberes.

É importante salientar que, após a LDB de 1996, o Brasil passou a contar, em 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), uma normativa que estipula diretrizes específicas para o oferecimento e cumprimento da Educação Inclusiva, aprofundando as especificações colocadas pela LDB.

Formação continuada de professores para atuar com a Educação Especial

Naturalmente, nas escolas os alunos com deficiência terão suas aulas com professores. Dependendo da etapa de educação que o aluno do PAEE se encontra, suas aulas poderão ser ministradas por um ou mais professores. Imagina-se que a presença de apenas um professor durante toda a semana traga mais conforto ao aluno por transmitir a segurança de um professor que está com o aluno todos os dias e já entende bem seus

comportamentos e percebe com mais facilidade se há algum problema. Oliveira (2022) aborda o tema da formação de professores para a Educação Inclusiva na área da pedagogia, então atuando nas etapas de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesta fase inicial de aprendizado, a autora salienta a importância de se perceber a forma como o aluno se comunica, a maneira como utiliza a linguagem, seja ela verbal, não-verbal ou de sinais, se dispondo a entender as atitudes do aluno e auxiliá-lo a entender melhor como pode se comunicar (2022, p. 73-77). A autora demonstra que o professor precisa dar ao aluno o espaço de se sentir ouvido, de sentir que é importante e o que ele vive é levado em consideração pelos professores em seu dia a dia em sala de aula.

É preciso reafirmar a importância da convivência com a diversidade humana na escola, pois esse é um dos pilares para que a formação dos sujeitos seja, verdadeiramente, humana. Esses são princípios que devem ser valorizados ao longo da formação de quaisquer licenciaturas e, especialmente, em relação à Pedagogia, por ser essa formação a responsável pelas etapas iniciais de escolarização de crianças. (OLIVEIRA, 2022, p. 86-87).

Como colocado pela autora, os professores de todas as etapas de ensino, não apenas os da Pedagogia, precisam ter o tato para lidar com as particularidades dos alunos. Porém, nas turmas em que o aluno tem um professor para cada matéria, pode ser gerado um sentimento de desconforto por saber que o professor não vai estar lá em todos os momentos, e os professores que convivem menos com os alunos do PAEE podem ter menos oportunidades de conhecê-los e de observá-los a fim de perceber quais metodologias podem ser mais eficazes para que o aluno possa aprender de fato entendendo o que está sendo feito e não apenas cumprindo uma atividade de forma mecânica sem compreender o real significado e sentido do que foi proposto pelo professor através da realização da atividade.

O ponto principal que este texto visa abordar é o papel do professor neste processo. A fim de atuar com a Educação Especial, para garantir a inclusão dos estudantes é preciso que o professor receba um preparo para atuar com o PAEE. Durante sua formação, nem sempre os professores aprendem sobre como atuar com a Educação Especial, e é importante destacar que de fato não há um manual com regras em que todos os casos ocorrem exatamente como o previsto, porque este é o total oposto da realidade. Cada caso é diferente e cada estudante precisa ser ouvido e observado com atenção para que o

currículo seja adaptado a uma linguagem com a qual o aluno sinta mais fluidez para entender o raciocínio do conteúdo que está aprendendo. Através da formação continuada, os professores vão conhecendo e entendendo alguns dos comportamentos dos alunos e características que podem apresentar, mas é impossível prever tudo o que ocorrerá em sala de aula. Contudo, se antecipando sobre as possibilidades que o professor pode encontrar, ele se prepara com a didática e também com estratégias para trazer o aluno para o foco da matéria que está sendo trabalhada.

Tavares et al (2016) abordam a questão da formação continuada de professores para a Educação Inclusiva pouco tempo após a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), - Lei Nº 13.146/15 - que trouxe grandes avanços com relação aos direitos das pessoas com deficiência em diversos âmbitos da sociedade, sendo a educação um deles. Os autores reafirmam a importância deste documento para que os alunos com deficiência estejam nas escolas e nas turmas regulares, embora destaquem que ainda há muito trabalho a ser feito neste processo para que possa ser mais efetivo.

A mudança na legislação acarretou o ingresso de crianças com deficiência nas escolas e, conseqüentemente, gerou discussões a respeito do complexo processo de inclusão. O que se pôde constatar é que existem políticas públicas baseadas na preocupação com a inserção do aluno com deficiência em escolas regulares, como a própria Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de 2015 (BRASIL, 2015a) que criminaliza a recusa ou cobrança de valores adicionais na matrícula de crianças com deficiência em escolas regulares. Mas ainda há muito a se pensar sobre a qualidade dessa inclusão. (TAVARES, SANTOS E FREITAS, 2016, p. 528).

A lei, então, desempenha um papel importante para que as escolas também cumpram com seu papel e forneçam ao aluno o suporte necessário para seu desenvolvimento educacional. Entretanto, os autores levam em consideração que nem todos os professores têm o preparo necessário para atuar com os alunos da Educação Inclusiva, o que os leva a realizar uma pesquisa qualitativa envolvendo um grupo de professores para verificar o que eles teriam a dizer sobre a formação que receberam durante sua graduação, como foi a realização de cursos de formação continuada e como foram aprendendo também com a experiência em sala de aula.

Como resultado de suas pesquisas, Tavares et al (2016) apresentam relatos dos professores participantes em que eles demonstram perceber lacunas em sua formação. Os professores que receberam formação na área da Educação Inclusiva durante sua

graduação nem sempre sabem como aplicar seu conhecimento na prática. Nem todos os professores receberam formação durante a graduação e sentem dúvidas sobre como devem proceder. Alguns dos professores afirmam terem feito cursos de formação continuada buscando preencher a lacuna que percebem entre o que conhecem e o que precisam saber fazer, mas ainda assim permanecem tendo dúvidas sobre a condução do processo de inclusão escolar. (2016, p. 533-538).

Também é feito um destaque para a participação do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é visto como fundamental no processo de aprendizagem dos alunos. Um dos pontos citados pelos professores participantes é o da necessidade de articulação entre o professor do AEE e o professor regente, para que ambos estejam cientes de quais são as habilidades e limites do aluno para que possam trazer atividades que deem continuidade ao trabalho um do outro. Os autores concluem que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o preparo de professores para a inclusão escolar seja plenamente alcançado.

A inclusão de crianças com deficiência no contexto das escolas regulares ainda tem muito a avançar, principalmente no que se diz respeito à formação dos professores que lidam diretamente com essas crianças. Embasado nas entrevistas realizadas e na literatura da área, percebe-se que o preparo de docentes para atuarem com crianças com deficiência ainda é muito insuficiente para que haja uma inclusão efetiva. (TAVARES, SANTOS E FREITAS, 2016, p. 538).

Os autores, amparados nos resultados que encontraram, apontam que uma possibilidade de diminuir essa lacuna entre a teoria e a prática que deve ocorrer em sala de aula seria a Educação Inclusiva ser abordada de uma maneira transversal durante as disciplinas dos cursos de graduação, e não deixá-la como um tema exclusivo de uma única disciplina, pois se tem observado que essa maneira não é o suficiente para contemplar o conhecimento que os professores em formação necessitam para proceder futuramente com seus alunos em sala de aula. (2016, p. 538).

Matos e Borges (2024) apontam a importância de os professores seguirem realizando cursos que os especializem nas novas descobertas do campo acadêmico, como novas tecnologias de aprendizagem e metodologias ativas que possam contribuir para o desenvolvimento integral do aluno como um cidadão crítico preparado para seu futuro.

Para a efetiva implementação da educação inclusiva, é fundamental que os programas de formação continuada dos professores incorporem

conteúdos e metodologias específicas relacionadas à inclusão, tais como adaptações curriculares, estratégias de ensino diferenciadas, uso de recursos de tecnologia assistiva, entre outros. Esses elementos contribuem para a construção de ambientes escolares acolhedores e que valorizam a diversidade, promovendo o aprendizado e o desenvolvimento de todos os alunos (2024, p. 7-8).

Desta maneira, os professores podem sempre ter a oportunidade de conhecer o que se tem produzido como conhecimento atualmente, o que de diferente tem sido estudado, que novas propostas e metodologias didáticas têm sido propostas para a atuação dos professores com os alunos da Educação Inclusiva. Em um campo de estudos em que ainda há mais incertezas do que certezas sobre como proceder, o professor precisa estar sempre em constante atualização, buscando conhecer todas as informações que lhe puderem ser de ajuda no cumprimento de seu trabalho da melhor maneira possível, que possibilite também ao aluno aprendizados com maior fundamentação e aproveitamento, sempre visando seu desenvolvimento integral.

Considerações finais

O conhecimento teórico não é o suficiente para o professor e, portanto, Tavares et al (2016) destacam que é preciso haver maiores oportunidades de estágio para que os futuros docentes já tenham contato com as situações que verão em seu trabalho (2016, p. 538).

Alonso et al (2022) afirmam que é fundamental que os professores busquem realizar cursos de formação continuada, sempre aprendendo mais sobre o tema a fim de garantir que todos os alunos exerçam o seu direito à educação com o suporte adequado dos profissionais.

Diante disso, consideramos que a formação continuada para os professores na educação inclusiva é indispensável para aperfeiçoar, melhorar e atualizar a prática e os saberes docentes diante das novas demandas de ensinar e aprender. Isto porque, assegurar a inclusão vai além de inserir alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais em classes regulares, mas é preciso garantir que seu direito de aprendizagem seja efetivado. (2022, p. 42).

Tavares et al (2016) também demonstram que o preparo dos docentes para a sua atuação na Educação Inclusiva ainda se apresenta como muito insuficiente e precisa receber maior atenção para que os docentes consigam trabalhar com maior respaldo. (2016, p. 538).

É percebida a importância dos estágios durante a formação acadêmica, que costumam ser o primeiro contato dos futuros docentes com os alunos da sala de aula e os prepara para estar nesse ambiente. Durante esta etapa, os estagiários ainda são amparados pelo professor regente da sala, e a responsabilidade não está apenas sobre seus ombros. Chegar à sala de aula sem ter passado pela etapa do estágio pode ser um grande desafio para os futuros professores, e a atual legislação tem sido enfática sobre a obrigatoriedade do cumprimento dos estágios curriculares pelos estudantes, o que já lhes traz uma experiência prática do campo que encontrarão após se formarem e começarem a trabalhar de fato como os professores regentes de suas salas.

Todavia, ainda se percebe lacunas entre o que é proposto que aconteça e o que ocorre de fato, conforme salientado pelos autores Tavares et al (2016):

Além de uma reformulação nas políticas públicas de inclusão, com uma maior participação da sociedade em sua elaboração, mas também um acompanhamento sistemático do cumprimento das políticas públicas para que sejam efetivadas as propostas estabelecidas por lei também pode garantir um desempenho consistente desses professores e um ensino de qualidade para as crianças inseridas. Como já mencionado, o que se vê é a existência de um distanciamento bastante relevante entre o que se propõe e o que realmente é cumprido. Como por exemplo, o fato da exigência de formação especializada para as professoras apoio, mas ainda são contratadas profissionais para essa função que não possuem nenhuma especialização e sequer cursaram disciplinas relacionadas à inclusão em sua formação. (2016, p. 538)

Com isso, mostra-se necessária uma maior fiscalização quanto ao cumprimento da legislação e maiores oportunidades de acesso aos cursos de formação específica para a atuação na Educação Inclusiva, que devem ser realizados por todos os profissionais que estarão em contato com os alunos, não apenas os futuros professores. Para Matos e Borges (2024), o assunto é de fundamental importância:

As políticas de formação continuada docente são essenciais para garantir que os professores estejam atualizados com as melhores práticas educacionais e equipados para enfrentar os desafios emergentes em sala de aula. No contexto da educação inclusiva, essa formação é ainda mais importante, pois os professores precisam estar preparados

para trabalhar com uma ampla gama de alunos, cada um com suas próprias necessidades e capacidades únicas. (2024, p. 3)

Ao se dar mais atenção à formação dos futuros profissionais da área, sua atuação será mais precisa e mais acurada dentro das necessidades educacionais especiais de cada aluno, possibilitando uma formação mais ampla do aluno e o cumprimento efetivo de seu direito à educação com a presença de aprendizados significativos que serão bem fundamentados e operacionalizados, não reduzindo a inclusão apenas à presença dos alunos em meio aos pares de sua idade para socialização.

Referências bibliográficas

ALONSO, Monserrat Alonso; SANTOS, Tarsio Paula dos; REIS, Marlene Barbosa de Freitas; ABREU, Sandra Elaine Aires de. (2022) A Educação Inclusiva e a Formação Continuada Docente. Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - Palmas - TO - v.9, n.13, 2022, p. 33-45.

BRASIL. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Congresso Nacional do Brasil. Assembleia Nacional Constituinte. (acesso em 28/02/2026)

BRASIL. (1996) *Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996* (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional). Presidência da República. Casa Civil. (acesso em 28/02/2026)

DEED - Diretoria de Estatísticas Educacionais (2025). *Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico*. Ministério da Educação. INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (acesso em 28/02/2026)

MATOS, Ana Angélica Martins; BORGES, Sheila da Silva (2024). Políticas de formação continuada docente para a educação inclusiva. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Ano 7, Vol. VII, n.16, jul.-dez., 2024, p. 1-10

SASSAKI, Romeu Kazumi (2002). Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais. Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES): *Revista Fórum* vol.05, p. 9-18.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho (2016). A Educação Inclusiva: Um Estudo Sobre a Formação Docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016